



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10960 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

O PIBID ENQUANTO POLÍTICA EDUCACIONAL: PROJETOS DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA

Adriana de Fátima Vilela Biscaro - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

O PIBID ENQUANTO POLÍTICA EDUCACIONAL: PROJETOS DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA

Introdução

O texto em pauta apresenta resultados da pesquisa de Doutorado e versa sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Tem como objetivo discutir a trajetória do PIBID nos 15 anos de atuação, para mostrar que nesse período (2007-2022), o Programa passou por duas etapas no processo de sua implementação, configurando-se em projetos distintos de educação, devido a disputas instauradas na agenda neoliberal, ocupando espaços relevantes na política de formação de professores.

A metodologia, de abordagem qualitativa, apresenta uma análise bibliográfica com base nas pesquisas sobre o objeto e análise documental de normativas do PIBID instituídos no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O texto, organizado em duas seções, inicia com a análise da primeira etapa do Programa (2007-2015), que corresponde aos governos de Lula e Dilma. Caracterizada por uma indução e fomento crescente no Programa. E, em seguida, o texto analisa a segunda etapa do Programa (2016-2022), que corresponde aos governos de Temer e Bolsonaro. Nessa fase, percebe-se uma desregulamentação do projeto de educação, antes socialmente referenciado, para um projeto subordinado aos mecanismos do mercado.

O PIBID nos governos Lula e Dilma (2007-2015): da implantação à ampliação

O PIBID faz parte de uma das ações do Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE (2007), que tem como princípio a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. É uma política pública de corte social, que teve início na segunda gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), como um projeto de educação socialmente referenciada, fundamentado na Constituição Federal Brasileira de 1988, no que tange ao exercício da democracia participativa.

É um Programa de formação inicial destinado aos bolsistas de iniciação à docência, que estão em formação nas Universidades, com vistas a inserção no quadro docente da educação básica, ao se tornarem egressos. Foi instituído em 2007, pelo Edital MEC/CAPES/FNDE nº 01/2007 e teve início em 2009 e sua consolidação se deu por meio do Decreto nº. 7219, em 2010 e foi regulamentado pela Portaria CAPES nº 96 de 2013 (BRASIL, 2013).

Os princípios fundamentais que sustentam o Programa estão ancorados na concepção de Nóvoa (2009), de que a formação de professores deve ser construída dentro da profissão, ou seja, na educação básica. Esse contato com a realidade da escola possibilitada pelo PIBID reforça a concepção de formação, ao tomar como base as experiências dos professores supervisores, permitindo um aprender com orientação e o envolvimento com diferentes dimensões do trabalho docente, buscando uma construção do conhecimento a “partir da análise crítica (teórica) das práticas e da ressignificação da teorias a partir dos conhecimentos da prática (*práxis*)” (PIMENTA, 2002, p. 44 *apud* PASSOS, 2014).

Com esses princípios, o Programa elenca sete objetivos específicos e destes, pode-se destacar: “incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica”; contribuir para a valorização do magistério”; “inserir os licenciandos no cotidiano das escolas de educação básica” e “contribuir para a articulação entre teoria e prática” (BRASIL, 2013).

Ao ser lançado em 2007, priorizou as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio – dado a carência de professores nessas disciplinas. De 2009 a 2013 estendeu o alcance do Programa para as demais instituições públicas, inclusive abrindo espaço para as instituições privadas. Com essas implementações, todas as áreas das licenciaturas foram contempladas, inclusive, os povos indígenas, do campo, quilombolas e ribeirinhos.

A Portaria CAPES nº 096/2013 estabeleceu um marco histórico e de grande importância, ao referenciar as normas relativas do PIBID, constituindo-o como uma Política Pública de Formação de Professores, instituída como um compromisso do Estado, assegurado pela Lei nº. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo

disposto na Lei n.º 12.796 de 04 de abril de 2013 (Art. 62, parágrafo 5º), em conformidade com a meta 15 do Plano Nacional de Educação - Lei n.º 13.005/2014 - para o decênio 2014-2024 e na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.º 02 de 01 de julho de 2015, que trata das Diretrizes Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.

De um total de 3.088 concessões de bolsas em dezembro de 2009, o Programa cresceu para 90.247 concessões de bolsas, em 2014, com a implementação do Edital CAPES n.º 61/2013. De acordo com a CAPES, somente em 2015, foram investidos R\$506 milhões em bolsas.

Como se observa, a primeira fase do Programa se materializou no auge da política desenvolvimentista, de cunho neoliberal no governo de Lula em 2007, e com continuidade no governo de Dilma (2011-2015) e foi marcada por uma indução e fomento crescente e com participação ativa dos coordenadores institucionais em colaboração direta com a DEB/CAPES. A gestão da DEB/CAPES, culminou-se em uma gestão democrática participativa, a Portaria CAPES n.º 096/2013, foi resultado dessa parceria dialogada.

Embora, o Edital CAPES n.º 61/2013 com vigência inicialmente para 48 meses, pudesse ser prorrogado uma única vez por mais 48 meses, foi encerrado em março de 2018, e substituído pelo Edital CAPES n.º 7/2018, que trouxe uma nova configuração para o Programa.

PIBID nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022): a continuidade descontínua

Com o impeachment da Presidenta Dilma Russeff, o governo de Michel Temer (2016-2018) retomou as linhas do governo do projeto político neoliberal desenvolvido no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e foram reafirmadas, em 2019, no governo de Bolsonaro em vigência. Em ambos os governos, se observa a implantação de novas ações da política educacional com repercussão nos sistemas de ensino e com forte viés privatista favorecendo interesses do mercado.

Para Aguiar (2019, p. 16), essa gestão se ancora nas reformas educacionais de concepção gerencialista, de tal modo que, “a ênfase situa-se na padronização dos currículos escolares e nos processos formativos assentados nos princípios da flexibilização, da eficiência, da eficácia, da meritocracia e da gestão de resultados”.

Na área da educação, destaca-se a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica, que em sua elaboração, manteve o elo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do governo FHC, a Reforma do Ensino Médio, Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 (AGUIAR, 2019).

Em 2018, com a Portaria CAPES nº 38, que instituiu o Programa Residência Pedagógica (PRP) foram lançados os Editais nº 6/2018, para chamada pública para o PRP, cujo público alvo são licenciandos cursando a segunda metade dos cursos de licenciatura, bem como o Edital nº 07/2018 com chamada pública para o PIBID, para os licenciandos da primeira metade dos cursos de licenciatura.

Embora os Editais tenham sido elaborados de acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que fundamenta na *práxis* educativa, o primeiro objetivo do PRP, “[...] que fortaleçam o **campo da prática** e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente [...]” (BRASIL, 2018, grifos nosso), contradiz a Resolução, pois a prática mencionada trata-se da ‘prática’ como indutora de currículos tecnicistas, que incidem na formação de professores como meros executores e receptores de projetos e programas elaborados de forma autoritária e sem qualquer forma de reflexão, que permita uma ação transformadora.

Dessa forma, a partir do Edital CAPES nº 7, se estabelece um novo modelo do PIBID, comprometendo um trabalho que já vinha sendo desenvolvido desde a sua criação, com mudanças cruciais para o Programa, expressando intencionalidades de reestruturação como proposta do MEC/CAPES.

Em 2019, é aprovado o Parecer CNE/CP nº 22/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). De acordo com Coimbra, (2020, p. 624), a aprovação desse documento não levou em consideração as lutas históricas pela valorização da profissão docente e se contrapõe a Resolução CNE/CP nº 02/2015, a qual definia a docência como um “processo pedagógico comprometido com valores éticos, políticos e estéticos e, na compreensão de que a docência se materializa nessa *práxis*, na busca coerente entre o que pensamos e o que fazemos”.

Atualmente, O PIBID e o Residência Pedagógica são regidos pela Portaria nº 259 de 17 de dezembro de 2019, cujo o Artigo 1º dispõe que ambos os Programas integram a Política Nacional de Formação de Professores do MEC, “visando intensificar a formação prática nos cursos de licenciatura e promover a integração entre a educação básica e a educação superior” (BRASIL, 2019).

No entanto, reafirma-se que a “formação prática” mencionada no documento citado, é diferente da *práxis* educativa, que de acordo com Freire (2013) é fundamentada no caráter político, na criatividade, no diálogo, na reflexão e na conscientização dos homens e na reflexão de uma ação crítica sobre o mundo real com vistas à sua transformação.

Considerações Finais

A análise feita permite constatar que o PIBID, na primeira fase de implementação, foi

reconhecido e referenciado em âmbitos importantes dentro do Ministério da Educação, na LDB, nas Instituições de ensino, tanto a superior como a básica, dando subsídios, inclusive, para compor as diretrizes que visam à formulação dos cursos de licenciaturas e consolidando estratégias no PNE.

Embora o Programa tenha conquistado espaços nunca alcançados por nenhum outro programa de formação da CAPES/MEC, ele ainda não se consolidou como uma política de Estado, pois, de acordo com a Portaria CAPES n.º 96/2013, o Programa fica “condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira da CAPES”, demonstrando uma fragilidade na permanência e manutenção de bolsas.

A partir do ano de 2016, percebe-se uma desregulamentação do projeto de educação, antes socialmente referenciado, para um projeto subordinado aos mecanismos do mercado, uma concepção de educação voltado ao tecnicismo, tal como, a que foi configurada no governo de FHC. É a partir dessa concepção de educação que são elaborados os documentos que orientam as diretrizes para a formação docente, conseqüentemente para o PIBID e o PRP. Dessa forma, as ações se voltam para a desvalorização e precarização do trabalho docente.

Palavras-Chave: PIBID. Educação. Políticas Educacionais. Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Básica. **Relatório de Gestão 2009-2013**. Brasília, MEC/SEB, 2014b. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/educacao-basica>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COIMBRA, Camila Lima. Um modelo anacrônico para os cursos de licenciatura no Brasil: uma análise do Parecer CNE/CP n° 22/2019. **Formação em Movimento**, v.2, 1.2, n. 4, p.621-645, jul./dez.,2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista Educacion**. Madrid, 2009.

PASSOS, Carmensita Matos Braga. PIBID e formação docente: construindo possibilidade. In: Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade, 17., 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Editora EdUECE, 2014. p. 807-838. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle>